

revista

creas

Centro de Referência Especializado de Assistência Social

POLÍTICA PÚBLICA QUE GARANTE

PROTEÇÃO SOCIAL



“ Antes, tínhamos muita dificuldade em acompanhar os jovens sentenciados com as medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Hoje, encaminhamos esses jovens para o CREAS, onde são trabalhadas a consequência do ato infracional e a inserção do adolescente na sociedade. Com isso, constatamos que o número de reincidências diminuiu. ”

DANIELLA SIMONETTI DE ARAÚJO
Juíza de Direito da 2ª Vara de Família, Infância e Juventude de Parnamirim (RN)



“ As atividades desenvolvidas no CREAS são muito eficazes. O acompanhamento e os relatórios emitidos pelos assistentes sociais são primordiais para que ocorra um melhor desempenho da atuação jurisdicional. Minha preocupação é resolver o problema e, para resolvê-lo, eu preciso de um diagnóstico correto e completo. Caso contrário, nós vamos fazer o que se fazia antigamente, quando o juiz de menores não pedia opinião de ninguém e resolvia do jeito que achava melhor. Essa interdisciplinaridade existente no CREAS é fundamental. ”

SÉRGIO KREUZ
Juiz da Vara da Infância e Juventude de Cascavel (PR)





Luiz Inácio Lula da Silva Presidente da República

José Alencar Gomes da Silva Vice-presidente da República

Patrus Ananias Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Arlete Sampaio Secretária-executiva

Rosilene Rocha Secretária-executiva adjunta

Ana Lúgia Gomes Secretária de Assistência Social

Laura da Veiga Secretária de Avaliação e Gestão da Informação

Lúcia Modesto Secretária de Renda de Cidadania

Onaur Ruano Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional

Ronaldo Garcia Secretário de Articulação Institucional e Parcerias

Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS

Aidê Caçado Almeida Diretora do Departamento de Proteção Social Básica

Fernando Brandão Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social

Maria José de Freitas Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais

Simone Albuquerque Diretora do Departamento de Gestão do SUAS

Valéria Gonelli Diretora do Departamento de Proteção Social Especial

EXPEDIENTE

Coordenadora de Comunicação Social **Ângela Carrato**

Coordenador de Imprensa **João Luiz Mendes**

Coordenadora de Comunicação Eletrônica **Letícia Tagliassuchi**

Coordenadora de Publicidade **Fátima Duarte**

Coordenadora de Relações Públicas e Eventos **Maristela Felipe de Melo**

Coordenação técnica **José Crus, Juliana Fernandes, Maura Luciane e Solange Martins**

Chefe de Redação **Cláudia Buono**

Reportagens **Ana Soares, Aline Menezes, André Carvalho, Fernanda Souza, Nádia Lopes e Rogéria de Paula**

Fotos **Bruno Spada**

Projeto gráfico **Alô Comunicação**

Impressão **Gráfica Brasil**

Tiragem **20 mil exemplares**

Impresso no Brasil

2008 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra,
desde que citada a fonte.

Secretaria Nacional de Assistência Social
Esplanada dos Ministérios, Bloco "C", 6º andar - CEP 70046-900
Brasília/DF - www.mds.gov.br

Revista CREAS : Centro de Referência Especializado de
Assistência Social. -- Ano 2, n. 1, 2008. -- Brasília :
MDS, 2008 --.
v. : il. Color.

ISSN: 1984-2562



1. Assistência Social – Sistema Único. I. Ministério do
Desenvolvimento Social e Combate à Fome. II. Secretaria
Nacional de Assistência Social. III. Centro de Referência
Especializado de Assistência Social – CREAS.

CDU – 364(81)



creas

8

Quando a assistência social resgata vínculos familiares

Por Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

10

Experiências dos CREAS consolidam Assistência Social como política pública

Por Ana Lígia Gomes, secretária de Assistência Social do MDS

16

O CREAS no Sistema Único de Assistência Social



Direito à proteção social

BRASIL **12**



Reconstruindo projetos de vida

RIO BRANCO (AC)

18



Articulação fortalece e qualifica prestação de serviços a famílias

SUMARÉ (SP)

22

Na fronteira, atendimento diferenciado e parcerias estratégicas

PONTA PORÃ (MS)

26



Esforço e motivação ampliam atendimento à comunidade

PARNAMIRIM (RN)

30





O CREAS está presente em 1.230 municípios. Para a produção desta revista, foram visitadas as cidades indicadas no mapa.



Estratégia de atendimento produz resultado eficaz

SÃO GONÇALO DO AMARANTE (RN)

34



Fortalecimento da rede de proteção

UMUARAMA (PR)

38

Ações de cidadania

CASCAVEL (PR)

42

Atuação regional promove mudanças

MISSÃO VELHA (CE)

46



QUANDO A ASSISTÊNCIA RESGATA VÍNCUL

Patrus Ananias

Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Dentre os objetivos de nossa rede de proteção e promoção social, temos de fortalecer vínculos familiares e comunitários, na perspectiva de recuperar a auto-estima, estabelecer identidades, referências e valores, permitir o acesso ao rol de direitos elementares da cidadania. Isso requer um extenso trabalho, atento às complexidades dos problemas que se desenvolvem no embrião de nossa histórica dívida social. Há que se prevenir, planejar ações de apoio e atenção a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, fortalecer vínculos familiares e comunitários e desenvolver seus talentos e capacidades. Mas, infelizmente, não são poucos os casos nos quais os laços já estão rompidos e há que se aplicar medidas urgentes e imediatas para restabelecer um patamar mínimo de dignidade humana. São casos de infâncias roubadas – por violência ou por trabalho precoce e, em muitas vezes, em condições degradantes – e de adolescentes e adultos vítimas de violência doméstica ou sexual. Dramas que marcam profundamente a alma e que podem comprometer o potencial de uma geração, se não forem tratados adequadamente.

Assim, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) estabelece uma organização das ações da política de assistência social de acordo com a complexidade dos serviços. Numa ponta, a atenção social básica e, na outra, a atenção social especial, objeto desta publicação. Uma equipe de técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em conjunto com alguns Estados e municípios, promoveu visitas para verificar o impacto do trabalho dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) na vida das pessoas. Nesta revista, apresentamos uma parte desse trabalho, a partir da seleção de histórias que retratam diferentes realidades do nosso país. São relatos de famílias que sofreram com os mais cruéis tipos de violência e que tiveram seus direitos negados. Buscamos identificar o momento em que a realidade dessas pessoas começa a mudar com o atendimento nos CREAS.

Nos CREAS são desenvolvidos serviços especializados para atendimento e proteção imediata a pessoas e famílias vitimizadas. Atualmente, existem 1.012 CREAS com

SOCIAL

OS FAMILIARES

abrangência local no município onde estão instalados e mais 42 unidades regionais, abrangendo mais de uma cidade. Ao todo, 1.230 municípios estão atendidos pelos serviços desses centros, co-financiados pelo MDS, que anualmente destina cerca de R\$ 65 milhões para essa finalidade.

Nas histórias selecionadas aqui, podemos perceber a importância crescente dos CREAS nos municípios e o papel dessas unidades no processo de consolidação do SUAS. Mas sobretudo as histórias nos falam, de maneira objetiva, de como as políticas sociais podem trazer novas perspectivas e mudar o rumo de uma família, de uma comunidade, de um país. A importância da presença do Estado está testemunhada na fala da nossa gente.

Isso não é pouco, sobretudo no momento em que assistimos ao colapso do modelo neoliberal e, portanto, nada mais apropriado do que aprofundar as políticas sociais, para que se tornem cada vez mais vigorosas, até que tenhamos um Estado do Bem-Estar Social garantidor de direitos e oportunidades iguais para todos.

No enfrentamento dos nossos desafios, devemos considerar que precisamos intensificar nossas ações específicas de repressão à exploração e combate ao trabalho infantil, além de oferecer atenção especial às pessoas em situação de violação de direitos. Mas precisamos defender um modelo de sociedade baseado no respeito à vida, na coesão social, na cidadania, na inclusão e na solidariedade, para todos, como um dos melhores instrumentos para prevenir esses crimes contra nossas crianças e adolescentes.

O Brasil já assumiu como prioridade esse compromisso, reafirmado na nossa certeza de que nos momentos de crise o Estado deve atuar de forma ainda mais robusta para proteger a população, principalmente os mais pobres, de seus efeitos negativos. Os mais pobres não podem pagar a fatura do fracasso do neoliberalismo. E os relatos colhidos nessa revista podem oferecer uma boa parcela do significado dessa afirmação.

“ A IMPORTÂNCIA
DA PRESENÇA
DO ESTADO ESTÁ
TESTEMUNHADA
NA FALA DA
NOSSA GENTE. ”

EXPERIÊNCIAS DOS CREAS ASSISTÊNCIA SOCIAL CO

Ana Lúcia Gomes

Secretária de Assistência Social

A presente publicação tem a finalidade de apresentar práticas profissionais desenvolvidas no âmbito dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), equipamentos públicos de proteção social especial da política de assistência social instituídos com o Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

O sistema descentralizado e participativo da assistência social, SUAS, instituído pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 e regulamentado pela Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) de 2005, dá materialidade aos princípios e diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

O SUAS constitui-se em modelo de gestão que visa promover e ampliar o acesso e cobertura do atendimento às demandas e necessidades sociais de responsabilidade da assistência social, organizando os serviços em seus equipamentos públicos: os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

A proteção socioassistencial prestada por esses equipamentos ou por eles referenciados deve estar organizada nos territórios mais vulneráveis, onde estão localizadas as situações de exclusão, maus-tratos e abandono, aproximando, desta forma, a proteção da assistência social daqueles que dela necessitam.

A matricialidade sociofamiliar é o eixo fundante das ações de proteção desenvolvidas no âmbito do SUAS, pois a família, uma vez apoiada e protegida, constitui-se em importante referência para a instituição de vínculos e de participação social. As ações de proteção social às famílias, ao fortalecê-las em seu papel protetivo e socializador, contribuem significativamente para a redução da reincidência dos agravos que provocam a vitimização, agressão e violações e promovendo o empoderamento de seus membros.

CONSOLIDAM MO POLÍTICA PÚBLICA

Os CREAS, por meio dos serviços que desenvolvem, promovem ou articulam, exercem importante papel de inclusão e proteção social a indivíduos e/ou famílias que se encontram em situações de violação de direitos e de violência expressos em maus-tratos, negligência, abandono, discriminações, dentre outras, resgatando vínculos familiares e sociais rompidos, apoiando a construção e/ou reconstrução de projetos pessoais e sociais.

Nos CREAS, são ofertados serviços de informação, orientação, apoio e inclusão social, visando à garantia e defesa de direitos a indivíduos.

A presença dos CREAS nos territórios e/ou regiões amplia a atuação do Estado no combate e enfrentamento das situações de violência vividas por indivíduos e famílias, constituindo-se em unidade de referência de proteção da assistência social.

Os serviços dos CREAS têm impacto direto na reorganização e reestruturação da família, e até mesmo de comunidades. Têm o potencial de promover o desenvolvimento pessoal e comunitário, promovendo o resgate da auto-estima, a identificação e desenvolvimento de potencialidades e capacidades e de promoção de inserção e participação social.

A expansão dos CREAS e a ampliação dos serviços por estes desenvolvidos contribuem com a efetivação de direitos assegurados nas legislações vigentes e a implementação de Planos Nacionais e Acordos Internacionais dos quais o país é signatário.

As experiências relatadas nesta publicação mostram o trabalho desenvolvido pelo CREAS em estreita aliança com o sistema de garantias de direitos humanos no sentido de afiançar os direitos socioassistenciais nas situações de vitimizações, riscos e violações.

“ UMA VEZ APOIADA
E PROTEGIDA,
A FAMÍLIA
CONSTITUI-SE
EM IMPORTANTE
REFERÊNCIA PARA
A INSTITUIÇÃO
DE VÍNCULOS E
DE PARTICIPAÇÃO
SOCIAL. ”



DIREITO À

RESPONSÁVEL PELO
ACOMPANHAMENTO
TÉCNICO ESPECIALIZADO,
DESENVOLVIDO
POR UMA EQUIPE
MULTIPROFISSIONAL,
O CREAS POTENCIALIZA
A CAPACIDADE DE
PROTEÇÃO DA FAMÍLIA
E DO INDIVÍDUO E
FAVORECE A REPARAÇÃO
DA SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA VIVIDA

PROTEÇÃO SOCIAL

Aline Menezes

Com o olhar na importância do fortalecimento de parcerias, da concentração de esforços e da integração com a rede local, para a concretização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos mais de cinco mil municípios brasileiros, repórteres e técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), durante viagens realizadas em setembro e outubro de 2008, observaram a estruturação dos **Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)** de oito cidades, localizadas nas cinco regiões do País. Presenciaram, assim, o impacto do trabalho desenvolvido pelas equipes responsáveis pela acolhida e pelo atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violência, abuso e exploração sexual, ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua e de trabalho infantil, entre outras situações de violação dos direitos.

Sob essa perspectiva de ampliar a proteção a famílias e indivíduos brasileiros, o MDS – desde sua criação, em janeiro de 2004 – concentra esforços para que o SUAS, coordenado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS), concretize-se em todo o País. A fim de promover maior efetividade de suas ações e ampliação de sua cobertura, o SUAS se configura no novo reordenamento da Política Nacional de Assistência Social. O novo modelo de gestão supõe um pacto federativo, especialmente no que diz respeito às responsabilidades das três esferas governamentais. Desse modo, no SUAS, os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais estão sob essa lógica de (re)organização das ações, com a definição de dois níveis de complexidade do sistema: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

Na Proteção Social Básica, cujo objetivo é a prevenção de situações de risco e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o principal equipamento público, destinado ao atendimento à população, é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Em todo o Brasil, são mais de cinco mil unidades, grande parte co-financiada pelo MDS. Para a *Proteção Social Especial*, o público tem acesso ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Responsáveis pelo acompanhamento técnico desenvolvido por uma equipe multiprofissional, de modo a potencializar a capacidade de proteção da família e do indivíduo e favorecer a reparação da situação de violência vivida, os CREAS protegem as vítimas de violências e agressões, além de desenvolverem ações para eliminação/redução da “infringência” aos direitos humanos e sociais.

Sobre a importância desse trabalho especializado, há, por exemplo, a experiência de **Ponta Porã (MS)**, município situado em uma zona de fronteira, pois faz divisa com a cidade de Pedro Juan Caballero (Paraguai). As peculiaridades da região exigem do CREAS o enfrentamento a situações que se diferenciam de outros municípios brasileiros, uma vez que há casos nos quais nacionalidades distintas se envolvem e, portanto, são submetidos a leis e costumes diversos. Há, inclusive, parcerias internacionais para o trabalho de enfrentamento a violações de direitos. De acordo com a equipe do CREAS de Ponta Porã, a região fronteiriça favorece o tráfico de crianças, o abandono em consequência das drogas e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Apesar das dificuldades e dos desafios, com o esforço da equipe, o CREAS tem mudado a história de muitos ponta-porãenses.

Os serviços de Proteção Social Especial têm forte articulação com instituições e organizações de defesa de direitos, exigindo, muitas vezes, a parceria com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os Conselhos Tutelares e outros órgãos e ações do Poder Executivo. Como resultado dessa integração, o CREAS de **Sumaré (SP)** apresenta experiências significativas para a população do município. De janeiro a agosto de 2008, houve mais de 3,4 mil atendimentos, média de 425 por mês, incluindo o atendimento qualificado a mulheres vítimas de violência. Para mobilizar a comunidade sobre os serviços oferecidos na unidade, as equipes dos CREAS reforçam a divulgação do trabalho, inclusive com a distribuição de folhetos, com informações e telefones dos CREAS anexados nas contas de luz/água. Investem também no planejamento, capacitação e motivação dos profissionais. Quanto à adequação do ambiente – o espaço físico, por exemplo – oferece salas reservadas especialmente para conversas individualizadas.

Um outro exemplo está no Norte do País, em **Rio Branco (AC)**, onde a integração entre o CREAS e o CRAS tem fortalecido o trabalho desenvolvido pelas equipes. Um aspecto importante é que, para romper com a descontinuidade do atendimento, o governo municipal realizou o reordenamento dos serviços de Proteção Social Especial. Ainda promoveu concurso público para inserção de servidores de carreira, como assistentes sociais, psicólogos e advogados. Na capital acreana, como resultado do empenho

dos profissionais do Centro, articulado com ações preventivas, houve significativa redução do número de casos de abuso e exploração sexual. No ano de 2007, foram 213 casos relativos a abuso sexual e 61 de exploração sexual. Até setembro de 2008, são 84 casos de abuso sexual e 18 de exploração sexual – redução preliminar de 39,43% nos casos de abuso sexual e de 29,50% nos de exploração sexual.

No Nordeste, no município de **Missão Velha (CE)**, localizado a 600 km de Fortaleza, a existência de população em situação de risco e a alta incidência de violação de direitos em municípios vizinhos foram os principais motivos para a implantação do CREAS regional. O equipamento público, inaugurado em agosto de 2007, é responsável pelo atendimento a famílias domiciliadas nos municípios de Jardins, Barbalha, Caririáçu, Granjeiro e Farias Brito. A equipe multidisciplinar do CREAS de Missão Velha, composta por assistentes sociais, psicólogas, educadoras sociais e um advogado, faz viagens semanais até essas localidades com o objetivo de atendê-los no CRAS. Os custos do combustível do veículo do CREAS, que transporta a equipe, fica por conta da Prefeitura da cidade.

Sobre as experiências nordestinas, o município de **São Gonçalo do Amarante (RN)** tem bons resultados no acompanhamento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o atendimento deve ser pautado na concepção de que esses adolescentes são



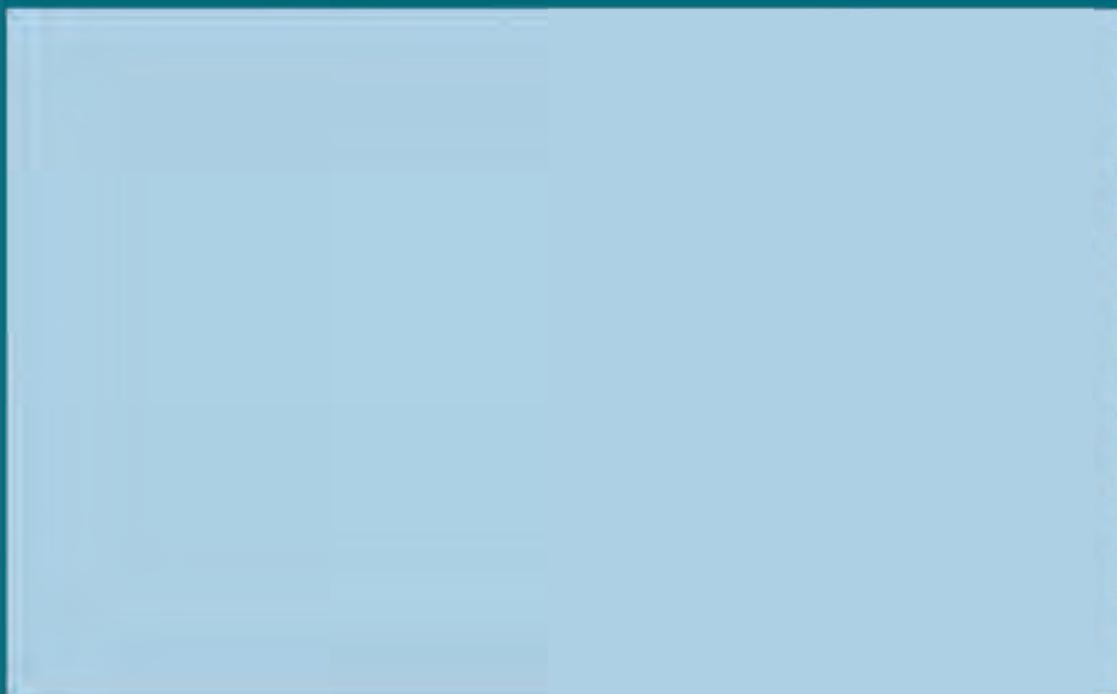
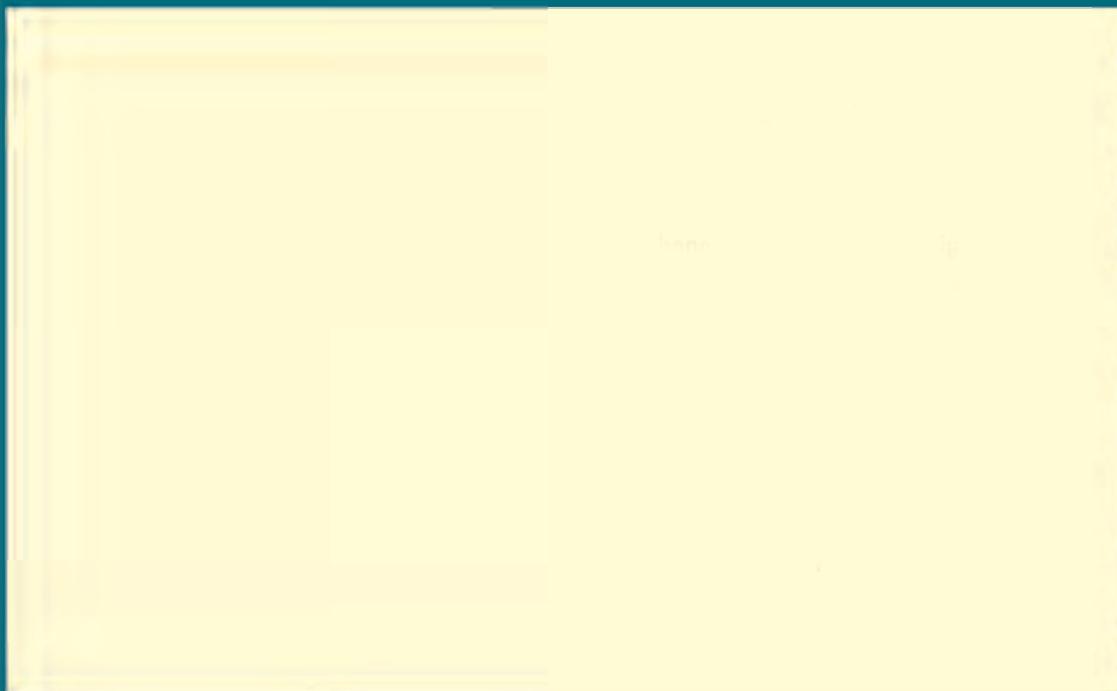
também sujeitos de direitos. Dentre as atividades nesse CREAS, eles aprendem técnicas de mosaico e pirogravura (gravação em madeira com uso de ferro incandescente), o que tem contribuído para a inclusão social. As oficinas ocorrem três vezes por semana, com a participação de 15 adolescentes. Ainda no Rio Grande do Norte, há o CREAS de **Parnamirim**, que amplia o atendimento aos responsáveis pela agressão contra a mulher. Cientes das punições a que estão sujeitos, eles recebem informações, entre outras, sobre a Lei Maria da Penha.

A capacitação dos profissionais que trabalham nos CREAS é fundamental para a qualificação dos serviços e para a melhoria do atendimento. Nos municípios paranaenses de **Umuarama** e **Cascavel**, a exigência do CREAS é de que as equipes não tenham apenas conhecimento técnico, mas sensibilidade e compreensão para ouvir, acompanhar e orientar pessoas que tiveram os seus direitos violados. Essa responsabilidade pode ser ilustrada nas constantes campanhas de conscientização da comunidade sobre os direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por exemplo. As mobilizações são feitas periodicamente, por intermédio de folhetos e divulgação nos meios de comunicação social da cidade, e contam com a parceria das polícias rodoviárias militar e federal.

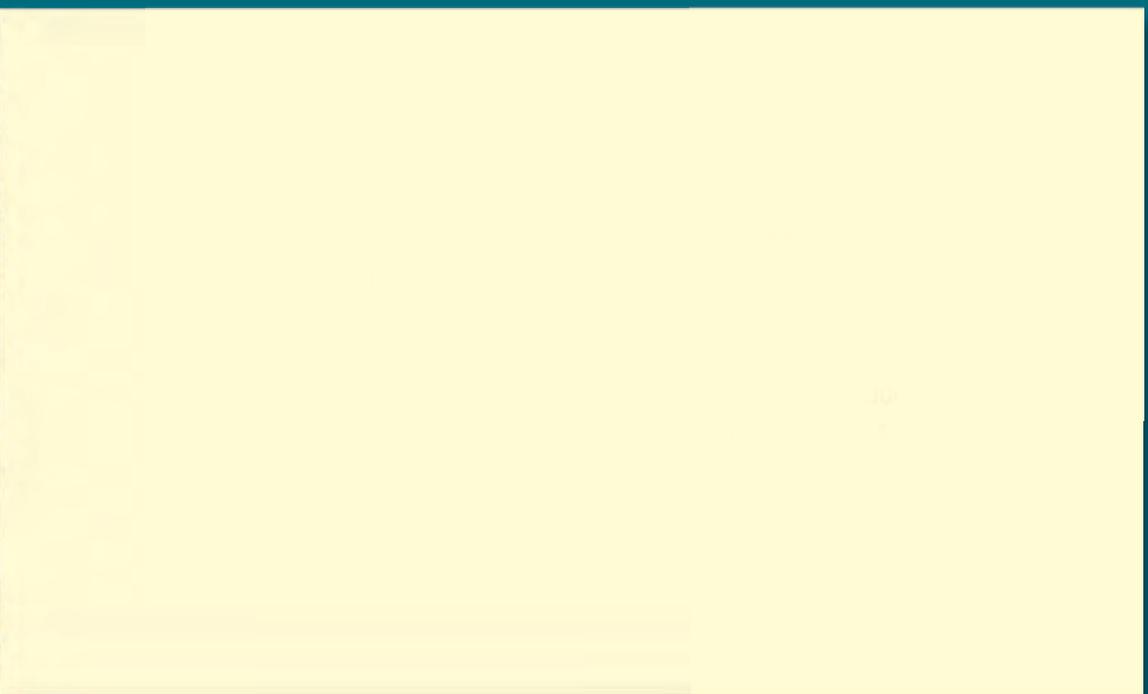
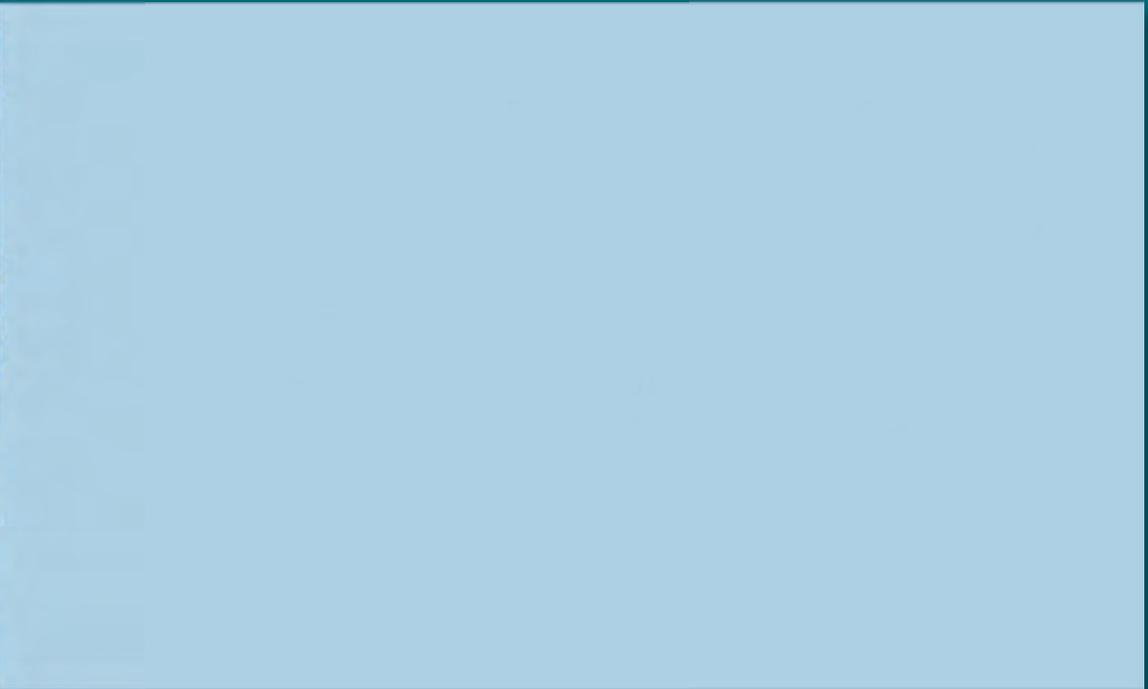
Em todos esses municípios visitados pelo Ministério, as experiências dos **Centros de Referência Especializados de Assistência Social** reafirmam a importância da Política Nacional de Assistência Social e do SUAS. Em todo o País, há mais de 1.000 CREAS, cujos serviços podem ser organizados com base local (em municípios com maior incidência da violação dos direitos), por intermédio de serviços de referência regional (coordenados e executados pelos Estados) ou por meio de consórcios públicos entre os municípios. Esses CREAS atendem a cerca de 1,2 mil municípios. O valor do co-financiamento do MDS para essas unidades é de aproximadamente R\$ 72 milhões, com previsão de 65 mil atendimentos nos 26 Estados e no Distrito Federal. O investimento do MDS é parte de seu compromisso na promoção do desenvolvimento social, para garantir proteção social aos brasileiros.



O CREAS NO SISTEMA ÚNICO



DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



REC

PARA MUDAR A FORMA DE ATUAÇÃO, A CAPITAL DO ACRE ROMPEU COM A IDÉIA DO ATENDIMENTO SEGMENTADO. O PRIMEIRO PASSO FOI FORTALECER E QUALIFICAR A EQUIPE DE PROFISSIONAIS. EM SEGUIDA, VIERAM AS CAMPANHAS INFORMATIVAS E SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE. CASOS DE ABUSO SEXUAL CAÍRAM 40%

ONSTRUINDO

PROJETOS DE VIDAS

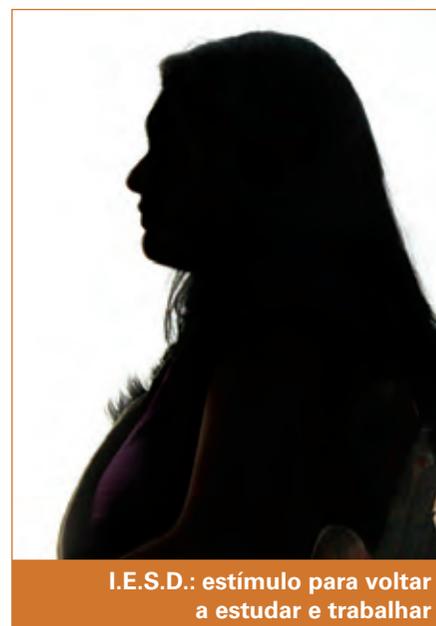
André Carvalho

Em um terreno de 600 m², na cidade de Rio Branco, capital do Acre, funciona o equipamento público estatal de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados. Denominado Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o local, onde são oferecidos serviços de orientação e apoio sócio-familiar, conta com assistentes sociais, psicólogos, advogados e outros profissionais, com o objetivo de mudar a realidade de crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência – independente do ciclo de vida – que tiveram seus direitos violados.

No ano de 2008, o CREAS de Rio Branco iniciou um reordenamento de suas atribuições, para se adequar melhor à política de assistência social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A idéia é promover maior efetividade às ações e cobertura. Para estabelecer um novo paradigma e romper com a idéia do atendimento segmentado foi necessário primeiro fortalecer e qualificar

a equipe de atendimento do Centro. “O governo municipal realizou concurso público e agora temos servidores de carreira trabalhando, o que nos dá a garantia da continuidade dos serviços”, esclarece Neiva Carvalho, coordenadora do CREAS, sobre a substituição dos terceirizados. “Anteriormente, quando uma equipe estava capacitada para o trabalho, o contrato do município com a empresa acabava e nós tínhamos que começar do zero.”

Outro passo foi promover campanhas informativas e de sensibilização sobre os direitos das crianças e adolescentes. Também foi realizado um trabalho para alertar a população sobre as formas de violação e suas conseqüências. “Isto foi fundamental, por exemplo, para divulgar o *Disque 100*, principalmente na zona rural, onde há com freqüência casos de abuso sexual”, diz a secretária municipal de Assistência Social de Rio Branco, Estefânia Pontes, sobre número do disque-denúncia nacional de combate à violência contra crianças e adolescentes. “A divulgação ajudou a resgatar laços de confiança entre a sociedade e o poder público. Isso foi





Viver e Aprender

A vida nos ensina a crescer,
esquecer o passado,
viver o presente e
sonhar com o futuro.

A esperança ao meu lado,
como uma estrela cadente,
no céu estrelado.

Vou construir o meu futuro,
sobre o meu passado.

Os meus inimigos perdoar,
mesmo eles tendo errado.

Alegria transferir, para nunca mais chorar.

Acordar para este mundo.

Realizar o meu futuro e me adaptar.

No ganhar ou no perder,
no ser ou não ser,

para que, contudo, eu possa aprender...

A.D.A.S. – 20 anos – vítima de abuso sexual
desde os sete anos.

fundamental para tornar forte toda a rede de proteção que atua de forma integrada com o CREAS”, explica a secretária, referindo-se aos Conselhos Tutelares, Poder Judiciário, Ministério Público, Sistemas de Saúde e Educação, Delegacia de Proteção da Criança e Adolescentes e Conselhos de Defesa do Direito.

Como resultado, houve significativa redução do número de casos de abuso e exploração sexual. No ano de 2007, foram 213 casos relativos a abuso sexual e 61 de exploração sexual. Até setembro de 2008, são 84 de abuso sexual e 18 de exploração sexual. Redução, preliminar, de 39,43% de abuso sexual e 29,50% de exploração sexual.

Reordenando

Especificamente sobre essas formas de violação contra os direitos das crianças e adolescentes, a partir de 2008 o CREAS em Rio Branco passou a atender não mais de forma isolada as vítimas. Agora, a equipe multidisciplinar e especializada pode atender de forma mais qualificada as famílias encaminhadas pela rede socioassistencial, acolhendo, diagnosticando a situação e propondo um plano de atendimento personalizado ao caso. Quanto à demanda espontânea, aquela em que pessoa procura diretamente o CREAS, os profissionais também estão preparados para acolher, orientar e encaminhar à rede, conforme o fluxo de atendimento e acompanhamento que está em processo de construção pelo município.

Uma característica importante que acontece em Rio Branco é a integração entre o CREAS e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Os CRAS são unidades públicas estatais de referência da assistência social, locais onde famílias em situação de vulnerabilidade social são atendidas, por exemplo, com acolhimento, acompanhamento familiar, por meio de atividades coletivas, encaminhamentos e articulação intersetorial. “Após conclusão do atendimento no CREAS, o beneficiário é encaminhado para acompanhamento na Proteção Social Básica do SUAS. As famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, risco social e pessoal precisam de apoio para reintegrar-se ao local de convívio, e por isso são acompanhadas e inseridas em atividades coletivas que visam o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no CRAS”, relata Neiva Carvalho sobre o fluxo entre os serviços que integram a rede de proteção social do município.

Prática

Foi por meio da integração entre o CREAS e os demais componentes da rede que A.D.A.S., 20 anos, vítima de abuso sexual dos sete aos 14 anos, pôde ter sua vida reorganizada e seus direitos sociais garantidos. Como em muitos casos em que o agressor é alguém conhecido da vítima, para A.D.A.S. não foi diferente: ela foi abusada pelo próprio pai. A jovem se dividia entre as casas da mãe e do pai. O período em que passava na casa do pai foi o início do martírio que durou sete anos. Agressões, violência sexual e alcoolismo fizeram parte do dia-a-dia da adolescente.

Um dia, a jovem, em total desespero com a situação, foi à delegacia de polícia mais próxima da casa de seu pai e contou todo o absurdo de situações que estava passando. “Os policiais me levaram até a casa de minha mãe e, com o apoio dela, tive coragem de depor e prestar queixa contra meu pai”. A.D.A.S. foi encaminhada pela Delegacia de Apoio à Mulher ao CREAS. No local, ela e sua mãe receberam atendimento psicossocial, jurídico e socioassistencial. No acompanhamento, a adolescente foi, por meio de articulação intersetorial, encaminhada a cursos profissionalizantes. “Aqui no CREAS passei quatro anos e aqui eu fui resgatada para a vida”, diz. Quanto ao pai da jovem, o Ministério Público atuou no caso e o agressor foi processado e aguarda julgamento.

Atualmente, A.D.A.S. está matriculada em um curso profissionalizante de Rádio e TV, além de estagiar como agente administrativa. “Desejo muito poder fazer a faculdade de Psicologia e mostrar às vítimas que sofreram ou sofrem as mesmas violências pelas quais passei que é possível, sim, recomeçar. Com apoio e determinação, estou projetando uma nova vida”, afirma.

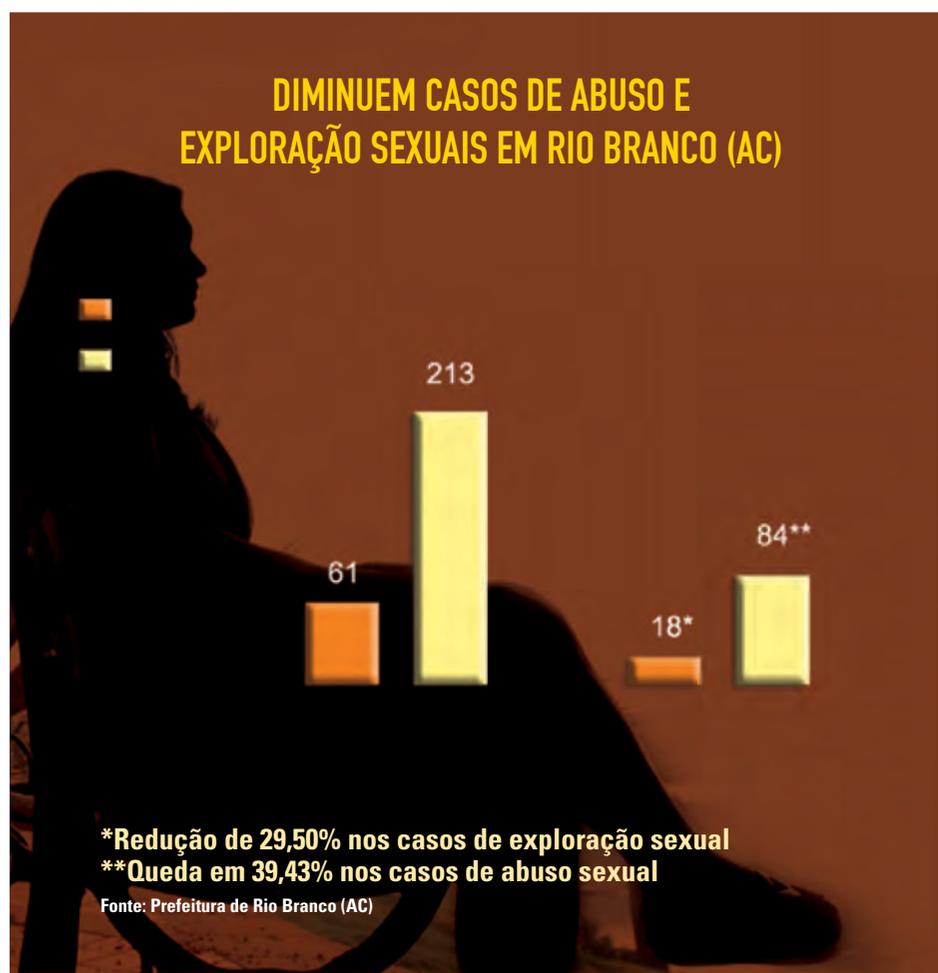
Exploração Sexual

Outro caso de violência, só que desta vez de exploração sexual e tráfico internacional de mulheres, aconteceu contra a jovem I.E.S.D., na época com 16 anos. A menina, que morava em Rio Branco, em 2004, foi aliciada por um grupo de mulheres para trabalhar em uma boate no país vizinho, a Bolívia. Misturando sentimentos como desejo de liberdade e independência, I.E.S.D foi iludida. Na Bolívia, a menina foi explorada sexualmente por um ano e adoeceu.

A vida da jovem começou a mudar quando o consulado brasileiro foi avisado por uma amiga dela, que havia conseguido escapar da boate, e alertou as autoridades sobre o caso. Em uma negociação que envolveu o Itamaraty e a Polícia Federal, I.E.S.D. voltou para sua família no Brasil. Após a recuperação física, a adolescente foi encaminhada ao CREAS, onde recebeu apoio psicológico, orientação jurídica e estímulo para voltar a estudar e terminar o ensino médio. Hoje, I.E.S.D. é casada e gerencia uma loja.



Neiva Carvalho, coordenadora do CREAS de Rio Branco: "As famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, risco social e pessoal precisam de apoio para reintegrar-se ao local de convívio".



ARTICULAÇÃO

FORTALECE E QUALIFICA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
A FAMÍLIAS

QUALIFICAR OS
PROFISSIONAIS E INVESTIR
NO ATENDIMENTO
A FAMÍLIAS SÃO
DUAS INICIATIVAS
FUNDAMENTAIS, NO
MUNICÍPIO PAULISTA,
PARA ASSEGURAR
PROTEÇÃO SOCIAL
IMEDIATA E ATENDIMENTO
INTERDISCIPLINAR A
PESSOAS EM SITUAÇÃO
DE AMEAÇA OU VIOLAÇÃO
DE DIREITOS





Vera Lúcia Mative, coordenadora do CREAS em Sumaré (SP): "Articulamos diversos serviços, com o objetivo de que a família seja atendida de maneira adequada, inteira, não fragmentada"

Aline Menezes

O desenvolvimento do trabalho em rede e a articulação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com as demais políticas públicas e com instituições de defesa de direitos são a base para o atendimento integrado com as famílias de Sumaré (SP). No Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), por exemplo, os serviços socioassistenciais de natureza especializada e continuada trouxeram impactos significativos para o município. De janeiro a agosto de 2008, houve mais de 3.400 atendimentos, média de 425 por mês. Crianças, adolescentes, jovens, idosos, homens e mulheres recebem atendimento qualificado.

"Quando a família chega ao CREAS, em geral, vem com várias demandas. Por isso, há necessidade de articularmos diversos serviços, com o objetivo de que essa família seja atendida de maneira adequada, inteira, não fragmentada", afirma a coordenadora Vera Lúcia Mative. Ela explica a preocupação da equipe do CREAS em preservar a família, desde o acolhimento inicial, realizado sempre por uma dupla de assistentes sociais e psicólogos. Nessa primeira etapa, busca-se compreender a

família e sensibilizá-la para o atendimento, iniciando, assim, o vínculo de confiança com o CREAS.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) repassa, mensalmente, recursos ao CREAS de Sumaré, para manutenção e implementação dos três importantes serviços de abrangência local no âmbito da Proteção Social Especial: 1) Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes; 2) Serviço de Orientação e Apoio Especializado a Indivíduos e Famílias Vítimas de Violência;

3) Serviço de Orientação e Acompanhamento a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Integração

Para fortalecer a articulação com a rede local, especialmente com o Ministério Público, Justiça da Infância e da Juventude e Defensoria Pública, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Sumaré está localizado no mesmo prédio onde funcionam Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social e demais conselhos. Sob a perspectiva do reordenamento dos serviços da Política Nacional de Assistência Social, a parceria entre o CREAS e o Poder Público contribui para o desenvolvimento da autonomia das famílias acolhidas. Em Sumaré, a comunidade já reconhece os serviços como referência municipal. Inclusive, há situações em que a própria família (ou o indivíduo) busca o atendimento de maneira espontânea.

Na avaliação da presidente do Conselho Tutelar de Sumaré, Gisele Fortunato de Carvalho, essa proximidade de espaço

"O GRANDE DESAFIO DESTE TRABALHO É INTERROMPER O CICLO DE VIOLÊNCIA VIVENCIADO POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CONTRIBUINDO PARA QUE OS JOVENS SE TORNEM PROTAGONISTAS DE SUAS HISTÓRIAS."

Mayra Lopes, psicóloga



Rita de Cássia, secretária de Assistência e Desenvolvimento Social de Sumaré: "Investir no profissional é qualificar o atendimento à família, melhorando a oferta de serviços".

contribui para a abordagem do atendimento e a discussão em conjunto sobre cada caso atendido. "O papel do Conselho Tutelar é garantir a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Com essa parceria com o CREAS, o atendimento à população fica ainda mais qualificado", afirma. Para Gisele de Carvalho, no município, essa articulação reforça a concepção de que o Conselho Tutelar representa órgão de garantia de direitos, e não meramente um "punidor".

Entre algumas das estratégias de divulgação para mobilizar a comunidade de Sumaré sobre os serviços de natureza especializada e continuada oferecidos no CREAS, estão atividades desenvolvidas em parceria com o

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município, um dos principais parceiros do CREAS no atendimento às famílias. Além de palestras em escolas, distribuição gratuita de cartilhas, parceria com rádios, com a política de saúde e contato com as igrejas.

Violência contra criança

Após denúncia ao Conselho Tutelar, o CREAS de Sumaré atendeu o caso de L. M. S., 8 anos, com a suspeita de que a menina era vítima de abuso sexual praticado pelo pai. Constatado o descumprimento, por parte da família, de determinações judiciais, a Justiça da Infância e da Juventude determinou o abrigamento da criança. Enquanto esteve sob os cuidados



Breno Freire, presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente: "Constatamos redução da violência contra crianças e adolescentes em determinadas áreas da região"

do abrigo, L. M. S. e a sua família foram acompanhadas pelo CREAS.

A articulação sistemática entre a equipe do abrigo e a do Centro de Referência foi fundamental para o apoio à família e o retorno da criança ao lar. O planejamento conjunto entre as equipes contribuiu para que a criança, já privada do convívio familiar, não fosse também afastada da escola onde estudava. Diariamente, o motorista do CREAS levava L. M. S. até a escola, distante do abrigo. Segundo a avó da criança, a dona-de-casa J. A. L., 54 anos, a espera pelo retorno da menina teria sido ainda mais dolorosa sem o apoio do CREAS. Atualmente, L. M. S. está sob os cuidados dos avós.

Violência contra mulher

Dentro do Serviço de Orientação e Apoio Especializado a Indivíduos e Famílias Vítimas de Violência, o CREAS do município paulista atende não apenas mulheres vítimas de violência física, psicológica ou sexual, mas também os autores desse tipo de agressão, nos casos em que eles mantenham algum vínculo familiar ou afetivo com a vítima. Segundo a equipe de atendimento, que também acompanha a responsabilização dos agressores, a ideia não é eliminar o ato criminoso cometido por eles, mas contribuir para o seu desenvolvimento emocional e afetivo.

"O CENTRO DE REFERÊNCIA NÃO PODERIA TER OUTRO NOME, POIS CHEGAMOS SEM REFERÊNCIA NENHUMA. AQUI, ENCONTREI A MINHA REFERÊNCIA. HOJE, SINTO-ME MAIS SEGURA COMO MULHER, COMO MÃE, COMO ESPOSA."

T. J. P., 47 anos, após agressão física mútua entre ela e o companheiro, decidiu procurar ajuda no CREAS.

W. C. M. A., 42 anos, denunciado pela esposa à Delegacia da Mulher de Sumaré por agressão física, mostra-se consciente da importância do acompanhamento do CREAS para fortalecimento da estrutura familiar. Casado há dez anos e, segundo ele, sem nenhum antecedente de violência contra a mulher, demonstra arrependimento. “Sempre resisti à idéia de que precisávamos de ajuda psicológica. Mas, aqui no Centro de Referência, aprendi a refletir sobre o nosso comportamento e a nossa relação de marido e mulher. Recebemos assistência à família. E isso tem me ajudado até mesmo profissionalmente. Sinto-me mais seguro e menos impotente diante das dificuldades do dia-a-dia”, revela.

Gestão social

Uma preocupação da Secretaria Municipal de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social de Sumaré, responsável pela gestão do CREAS, é a composição dos Recursos Humanos. Na opinião da secretária Rita de Cássia Rosa Pinto, investir no profissional é qualificar o atendimento à família, melhorando a oferta de serviços. “A equipe recebe capacitação o tempo todo. E todos se voltam, com seriedade, para o bem-estar da população”, afirma. Sobre a importância do controle social, do ponto de vista da gestão municipal, a secretária afirma que as decisões tomadas em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social são essenciais.

A política de assistência social do município conta também com a participação atuante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que contribui para a formulação, acompanhamento e avaliação da execução dos programas, projetos e serviços. “Constatamos redução no índice de violência contra crianças e adolescentes em determinadas áreas da região, resultado do acompanhamento e acolhimento da população”, explica o presidente do Conselho, Breno Freire.



“É DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PROMOVER UM ESPAÇO PARA QUE A FAMÍLIA POSSA REFLETIR SOBRE SUA HISTÓRIA, SEU PRESENTE MOMENTO, POSSIBILIDADES E A SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, QUE, MUITAS VEZES, É A ÚNICA MANEIRA ENCONTRADA PARA SE RELACIONAR. ASSIM, É ESSENCIAL DESENVOLVER A AUTONOMIA, O PROTAGONISMO E O EMPODERAMENTO, ATRAVÉS DE UMA NOVA RELAÇÃO, NA QUAL OS PAPÉIS SOCIAIS SÃO REPENSADOS E RECONSTRUÍDOS POR MEIO DE NOVOS PROJETOS DE VIDA.”

Geysa Tonheta, psicóloga

NA FRONTEIRA, ATENDIMENTO PARCERIAS EST

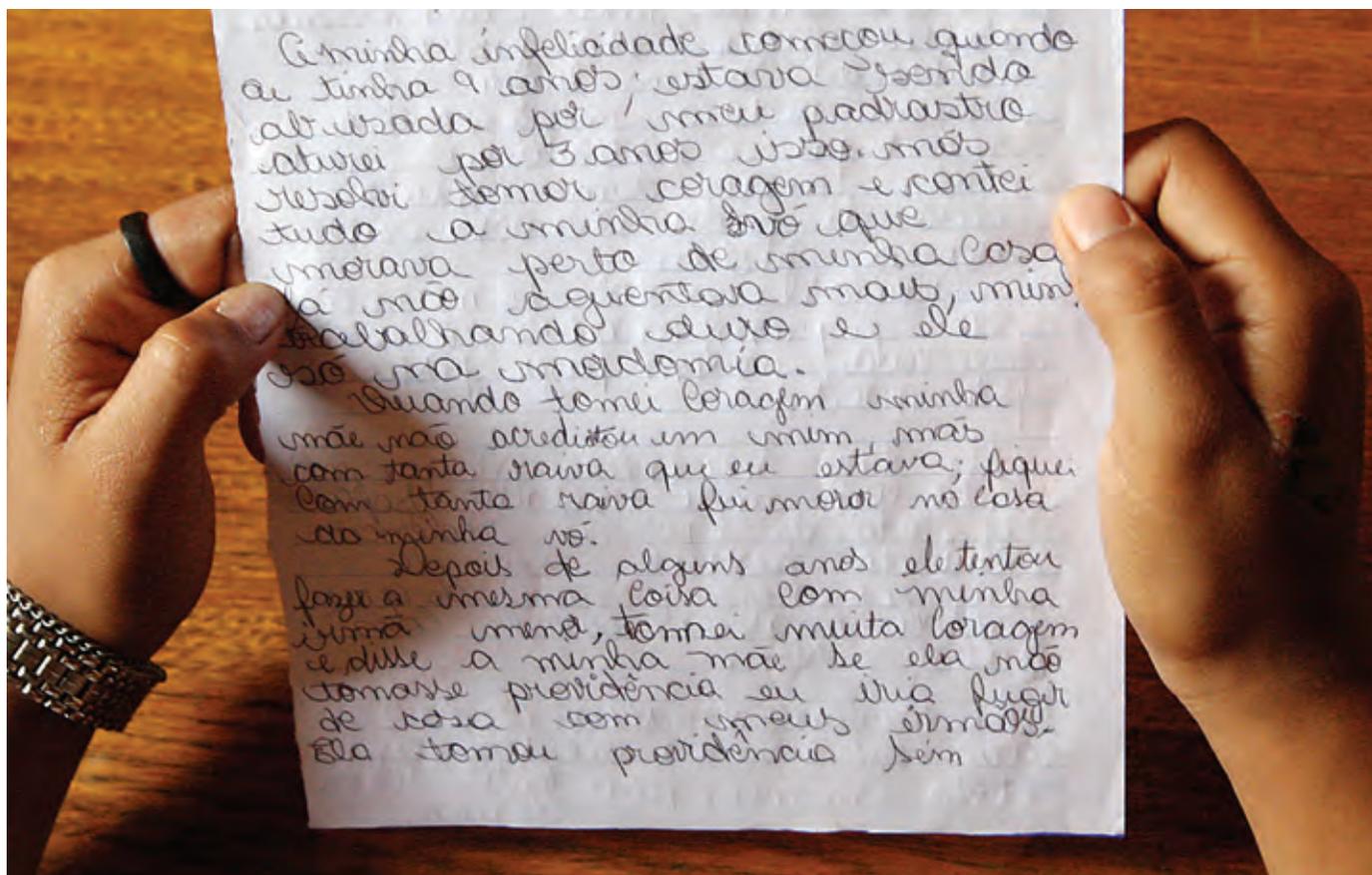
AS CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO EXIGIRAM LONGO TRABALHO NO SENTIDO DE ESTABELEECER COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA LIDAR COM O ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rogéria de Paula

"A minha infelicidade começou quando eu tinha nove anos; estava sendo abusada por meu padrasto."

A frase, extraída de uma redação escolar, denuncia a violência sofrida pela adolescente V.C.Z., 15 anos, atendida pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul. Foi graças às campanhas realizadas pelo Centro que a jovem vítima de abuso sexual se manteve a salvo de seu agressor, que já começara a tentar molestar também a irmã

mais nova. Com as denúncias feitas pelo Conselho Tutelar local, o caso da menina já havia passado pelo CREAS, mas a família mudou-se para o Paraguai e a equipe não a encontrou mais. Por meio de um concurso de redações promovido pelo CREAS nas escolas públicas para marcar o 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – a menina foi localizada. A família estava de volta a Ponta Porã. Em sua redação, ela relatava o trauma sofrido. O desabafo serviu como denúncia para que o CREAS pudesse retomar a proteção à menina. "Quis contar a minha história para



DIFERENCIADO E ESTRATÉGICAS



outros que sofrem o mesmo entenderem que podem pedir ajuda”, explica ela.

O CREAS de Ponta Porã tem especificidades quando comparado a outras unidades existentes no País. Situado em uma zona de fronteira – a cidade brasileira faz divisa com o município paraguaio de Pedro Juan Caballero – enfrenta situações diferenciadas por atender casos envolvendo nacionalidades distintas, submetidos a leis e costumes diversos. O caso de V.C.Z. ilustra a dificuldade de acompanhamento da vítima de abuso sexual e de sua família, bem como a responsabilização do agressor, quando em uma região fronteira com outro país. “A mobilização da sociedade é muito importante, pois a cada campanha surgem novos casos”, destaca a coordenadora do CREAS, a assistente social Vera Lúcia Almeida. Ela diz que o Centro promove campanhas em escolas, hotéis, motéis e até postos de gasolina.

Vera explica que a região de fronteira é peculiar, pois favorece o tráfico de crianças, o abandono em consequência das drogas e da exploração de crianças e adolescentes. “É uma região pobre, então as meninas de 11, 12 anos são exploradas sexualmente por R\$ 5, um refrigerante, um lanche. Há também muito tráfico de drogas e, no

Paraguai, muito abandono em consequência da dependência química, um fator cultural.

Então surgiu um novo público para nós quando o CREAS começou a funcionar”, comenta a coordenadora. “É muito complicado também trabalhar a recuperação dos meninos viciados em drogas, que estão sempre vulneráveis. À noite, na ‘busca ativa’ (procura, realizada pelo técnicos do CREAS, de crianças que estão na rua), a gente nota que muitos pedem o lanche para trocar por cachimbo de crack. É uma epidemia que acabou afetando a maior parte das famílias do CREAS”, acrescenta.

Segundo Vera, com a criação do CREAS e a divulgação realizada na época, houve muita procura. “As famílias paraguayas sentiram-se estimuladas a vir para cá,

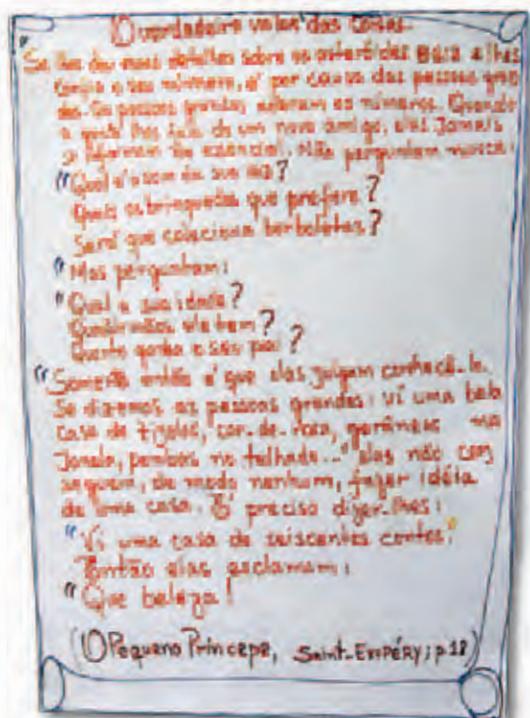
“QUANDO A FAMÍLIA
SAI DAQUELA
SITUAÇÃO DE
RISCO, JÁ PEDIMOS
A AÇÃO DO **CRAS**
E ELA PASSA A SER
ACOMPANHADA LÁ.
E TEM FUNCIONADO.”

Vera Lúcia Almeida, assistente social

pois sabiam que aqui havia uma política estruturada. Muitas vezes as mulheres dizem ser brasileiras, porque acham que isso facilita o atendimento na unidade”. Para Vera, o que conta neste momento é a sensibilidade. “É muito complicado dizer: ‘Olha, você não pode ser atendido aqui, pois mora do outro lado da rua’. Porque é isso mesmo, é uma rua que separa o Brasil do Paraguai. Se a criança estiver em solo brasileiro, atendemos, seja ela brasileira ou paraguaia. Não tem como não atender”, observa Vera. Ela explica que a criança ou adolescente recebe, então, os primeiros atendimentos no CREAS e é encaminhada ao seu país via consulado.

Estratégias e parceria internacional

Além das parcerias com agentes de saúde, Conselho Tutelar, Delegacia da Mulher, Vara da Infância e da Juventude, e mobilizações junto à comunidade, as características da região exigiram um longo trabalho para estabelecer a cooperação internacional. “Antes, quando entregávamos as crianças ao consulado paraguaio, elas eram largadas do outro lado da rua, onde passavam a vivenciar o mesmo drama que tinham vivido aqui. Foi só a partir de um caso grave, de uma menina paraguaia de 11 anos traficada, que houve uma interferência do Ministério das Relações Exteriores de lá e as coisas



começaram a mudar. Aí, entrou o governo e começamos a conversar com o Paraguai, passamos o nosso projeto do CREAS para eles, que têm interesse em implantar algo semelhante”, informa Vera.

Além do consulado, a entidade de interface no Paraguai é a *Consejería Municipal por los Derechos del Menor y el Adolescente*, órgão que equivale ao Conselho Tutelar no Brasil. Outra parceria importante para o CREAS de Ponta Porã é o CRAS. “Quando a família sai daquela situação de risco, já pedimos a ação do CRAS e ela passa a ser acompanhada lá. E tem funcionado”, diz Vera.

De acordo com a coordenadora da unidade, em dois anos o CREAS atendeu mais freqüentemente casos de violência sexual, exploração, abuso ou estupro. É raro, mas o Centro também registra casos de negligência relacionados a idosos. “Os dois últimos que tivemos eram cidadãos paraguaios. Um está no abrigo e outro em uma casa de acolhida”. Nos casos da população indígena, o mais comum é encontrar pessoas abandonadas. Ela esclarece que a articulação, então, é feita com a Fundação Nacional do Índio (Funai), que busca levá-los para suas aldeias.

Vera fala do cenário violento que a região fronteiriça oferece e ao qual estão expostas as equipes que atuam na área socioassistencial. “Em nossa abordagem às famílias, deixamos claro que não temos papel de polícia. Mas, uma vez que eles dificultam o atendimento, a gente precisa comunicar ao juiz, à promotoria, que é muito respeitada pelo povo. Até porque matam com facilidade na fronteira. Se você incomoda...”



Ponta Porã faz divisa com Pedro Juan Caballero, no Paraguai

Dois países, uma só rede

Para a secretária de Assistência Social de Ponta Porã, Doralice Alcântara, a articulação com órgãos como o Conselho Tutelar, o Consulado ou a Vara da Infância e da Juventude deve ser máxima, para que a população seja assistida, independente da nacionalidade. “É fundamental para essa população ter seus direitos garantidos. E não é a linha fronteira, geográfica, que determina isso. O idoso, as crianças, a mulher, todos precisam dessa atenção da política pública”, ressalta.

“O território de fronteira é diferente, nós transitamos livremente como se fosse uma única cidade. Então, a violência que a criança sofre não se extingue quando chega naquela linha geográfica que divide o Brasil e o Paraguai”, afirma. Conforme a secretária, a rede socioassistencial de Ponta Porã deve estender-se à cidade vizinha, num trabalho em parceria. “Essa articulação é natural aqui em Ponta Porã, culturalmente, historicamente. Temos que trabalhar como uma única rede”, diz Doralice. “Afinal, são problemas que não se estancam quando chegam na fronteira”.

O cônsul paraguaio no Brasil, Francisco Javier Espínola, atesta a necessidade de atuar em parceria, com reuniões e campanhas. “Nós trabalhamos em conjunto com o CREAS. Às vezes, mais como amigos do que como instituições. Há uma comunicação muito fluente e queremos agora fazer um comitê de fronteira, que vai tratar as questões de segurança, educação e os problemas sociais”, salienta. As ações reforçam o comprometimento com a luta para enfrentar a violência contra crianças e adolescentes.



Reintegração familiar

“Minha mãe tá presa, também tava usando droga. A minha família não tava mais dando certo. Daí eu fui morar na rua”, conta L.S.P., 13 anos. Seu drama começou há dois anos.

A violência doméstica – L. apanhava do padrasto – e os problemas com a mãe o levaram a sair de casa. Sozinho, sucumbiu ao vício do crack e da maconha. “Comecei a me juntar com outros guris que também usavam e, quando não tinha mais dinheiro para comprar a droga, roubava”.

“Estava magro, com 32 quilos. Aí eu parei e pensei: ‘Não vou ganhar nada com isso’. Eles (do CREAS) sempre ofereciam para mim uma clínica de recuperação. Aceitei”, diz. Na comunidade terapêutica do Estado, localizada em Campo Grande, era necessário ficar internado por, no mínimo, nove meses.

L. ficou cinco. Saiu e foi direto para a sede do CREAS.

Sempre monitorando o menino, Vera, a coordenadora da unidade, estava preocupada. “Fiquei com receio de que ele recaísse. Aí procurei a juíza e pedi que ela autorizasse a guarda provisória para um casal ligado à família do adolescente, que eu já vinha procurando. O importante é que são pessoas com quem ele já tinha algum vínculo. Consegui rapidamente que a mãe também autorizasse”, diz.

A família com quem L.S.P. vive atualmente, no Paraguai, cuida também de seu irmão, de 14 anos. O casal procura oferecer ao menino atividades que ocupem seu tempo. “Gosto de jogar videogame e adoro basquete. Me sinto muito melhor. Tento não me misturar com os outros, da 'ativa'. Eu cumprimento eles, mas se oferecerem alguma coisa, não aceito”, relata L., que sonha em estudar, arrumar um emprego e uma casa para voltar a viver com a mãe e os irmãos. A mãe cumpre pena até 2025. Ao longo dessa trajetória, o CREAS foi uma referência para o garoto.



PARNAMIRIM (RN)

ATENDI

ESFORÇO E MOTIVAÇÃO AMPLIAM MENTO À COMUNIDADE

DESDE 2006, O CREAS ATENDE HOMENS, MULHERES,
IDOSOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOB A
PERSPECTIVA DO FORTALECIMENTO DOS
VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS

Nádia Lopes e Aline Menezes

Por mês, cerca de 60 pessoas recebem atendimento no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Parnamirim (RN), unidade que recebe recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Aproximadamente 70% dos casos são de violência contra a mulher e de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes. No município, distante 14 km da capital e com população estimada em 170 mil habitantes, o CREAS intensifica sua articulação com as demais políticas públicas e organizações de garantias de direitos. “Buscamos informações do MDS, implantamos os serviços e ampliamos a rede”, explica a coordenadora do CREAS, Edineusa Gomes de Paiva.

Investir na aproximação com o Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar e Secretarias de Educação e de Saúde é uma das estratégias do município para agilizar o atendimento à comunidade. “O trabalho conjunto e sistemático permitiu ampliar a oferta e melhorar a qualidade dos serviços. Essa relação tem sido de extrema importância na garantia e na preservação dos direitos”, afirma a secretária do Desenvolvimento Social e Habitação de Parnamirim, Marta Lopes Ferreira. Todas as pessoas que procuram o CREAS recebem orientação, mesmo quando não se caracteriza a situação de violência. As pessoas com direitos violados, depois da acolhida inicial, recebem acompanhamento psicossocial, psicopedagógico e jurídico.

A motivação e o envolvimento da equipe técnica do CREAS são responsáveis pelo diferencial na qualidade dos serviços oferecidos, em especial a mulheres vítimas de violência. Geralmente, elas são encaminhadas pela

Delegacia de Atendimento à Mulher e pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Existem, ainda, aquelas que espontaneamente procuram proteção. Elas são orientadas sobre a importância de registrar o boletim de ocorrência na delegacia para formalizar a denúncia.

A articulação entre o CREAS e o CRAS de Parnamirim contribui para melhor qualificação dos serviços à população. Uma das ações conjuntas é a mobilização da comunidade e o trabalho preventivo para evitar a incidência de situações de violação de direitos com temáticas voltadas para o trabalho infantil e violência sexual, por exemplo. Em todo o tempo, o CREAS de Parnamirim trabalha sob a perspectiva da intersetorialidade dos serviços, com a definição de fluxos e procedimentos entre as instituições.

Mudanças de perspectivas

O papel do advogado no apoio e esclarecimentos legais dos direitos da mulher e da responsabilização do agressor, no CREAS, é indispensável. “A maioria delas não se separa do agressor porque não tem como sustentar a família”, explica a advogada Ana Carina Alves. Por conta da dependência financeira, A.M.F., 44 anos, manteve seu casamento por 22 anos, apesar das agressões sofridas. “Ele



era alcoólatra e me agredia freqüentemente, procurei ajuda quando tentou me enforcar. Não tinha coragem de me separar porque tenho dois filhos para criar e todo o dinheiro que entrava em casa era dele”, lembra a dona-de-casa. Acompanhada pela equipe, ela mudou o rumo de sua vida: “Recuperei a auto-estima, entrei com o pedido de divórcio e agora trabalho como costureira”.

Situação grave também viveu M.A.N., 32 anos. Agredida física e verbalmente, a dona-de-casa e os dois filhos chegaram a permanecer 15 dias em um abrigo, para se proteger das ameaças de morte feitas pelo ex-marido. “Na hora do desespero, encontrei apoio no CREAS. As portas estiveram sempre abertas para mim e para os meus filhos”, diz. Com esse foco, o CREAS de Parnamirim empreende



esforços no sentido de resgatar e fortalecer os vínculos familiares e comunitários e contribuir para a emancipação das mulheres vítimas de violência.

Uma peculiaridade do CREAS de Parnamirim é o atendimento ao agressor das mulheres que, na maioria dos casos, é seu próprio companheiro. Eles são orientados sobre a Lei Maria da Penha e as punições legais a que estão sujeitos. Segundo a advogada, "o trabalho tem surtido efeito e evitado reincidência e evolução de agressões psicológicas para violência física".

Acolhida ampla e qualificada

Além do atendimento a mulheres vítimas de violência, o CREAS de Parnamirim acompanha, ainda, idosos, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade), crianças e adolescentes. Em setembro de 2008, a equipe atendeu 48 idosos, cujo acesso ao CREAS foi possível graças a denúncias de vizinhos e, também, à procura espontânea. "Os tipos de violência mais comuns são exploração financeira e negligência. Quase sempre, o agressor é alguém da própria família", revela a assistente social Fátima Moreira.



Edineusa Gomes, coordenadora do CREAS de Parnamirim: "implantamos os serviços e ampliamos a rede"

No CREAS, 90% dos casos de violência envolvendo crianças e adolescentes são de demandas encaminhadas pelo Conselho Tutelar. A pedagoga Gezilma Medeiros explica que há uma avaliação pedagógica de todas as crianças e adolescentes inseridos nos serviços, a fim de identificar

aspectos relacionados a possíveis dificuldades de aprendizagem, adaptação e adequação da escola (há casos em que esse público, por razões diversas, encontra-se fora da rede de ensino educacional). O CREAS realiza capacitação permanente dos educadores que atuam no abrigo de criança e adolescente existente no município.

Sobre os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, o CREAS de Parnamirim faz o acompanhamento sistemático e a avaliação constante do trabalho desenvolvido. "Antes, tínhamos muita dificuldade em acompanhar os jovens sentenciados com essas medidas. Hoje, nós os encaminhamos para o CREAS, onde são trabalhadas a consequência do ato infracional e a inserção do adolescente na sociedade. Com isso, constatamos que o número de reincidências diminuiu", avalia a juíza da 2ª Vara de Família, Infância e Juventude de Parnamirim, Daniella Simonetti de Araújo.



ESTRATÉGIA DE PRODUZ RESULTADO EFICAZ

NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE DO NORTE, ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS APRENDEM A IMPORTÂNCIA DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E O RESPEITO PELA COMUNIDADE. AS FAMÍLIAS TAMBÉM RECEBEM ACOMPANHAMENTO

Nádia Lopes e Aline Menezes

Com os recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a partir de julho de 2008, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de São Gonçalo do Amarante (RN), município a 15 km de Natal, criou condições para o reordenamento dos serviços e implementação da política pública de acordo com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Como exemplo disso, há os resultados do serviço de acompanhamento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

(Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade). Atualmente, cerca de 15 adolescentes são atendidos por uma equipe interdisciplinar do CREAS.

Para a juíza da 2ª Vara Cível de São Gonçalo do Amarante, Luciana Lima Teixeira, o trabalho preenche uma lacuna no município. "Nossos adolescentes em medidas socioeducativas eram mal acompanhados. Com o CREAS, tivemos um avanço muito grande. Até o momento, não temos registro de nenhuma desistência e nem reincidência por parte dos adolescentes. Acredito que o acompanhamento das



ATENDIMENTO

famílias influencia bastante nesse resultado”, afirma. A coordenadora do CREAS, Tânia Morais da Costa, acrescenta que, quando o adolescente é encaminhado pelo Judiciário ao equipamento público, a assistente social é quem estabelece o primeiro contato, em que ele conhece a medida a ser aplicada, assina um termo de responsabilidade, juntamente com a família, com compromissos para o cumprimento da medida.

Além da assistente social, o adolescente também recebe atendimento da psicóloga e da psicopedagoga. A partir daí, os

profissionais do CREAS traçam o seu perfil e, em conjunto com ele e a sua família, elaboram o Plano Individual de Atendimento, definindo metas que o adolescente gostaria de alcançar, como fazer cursos profissionalizantes, trabalhar ou praticar algum esporte. “Com o suporte do governo federal, foi possível elaborar um plano de trabalho, buscar parcerias e selecionar profissionais altamente especializados para compor a equipe do CREAS”, explica Tânia da Costa. De acordo com a coordenadora técnica Alessandra Oliveira, em geral, esses adolescentes são pobres, com escolaridade deficitária e a maioria do sexo masculino.

**Josenildo Campos,
arte-educador: técnicas
que desenvolvem
a concentração e
potencializam a convivência
entre os adolescentes**



Até agora, apenas duas adolescentes foram sentenciadas.

Estratégias de acompanhamento

Com o foco na ressocialização dos adolescentes, o CREAS de São Gonçalo do Amarante dispõe do Espaço Vivências, localizado na fazenda Cajueiro. Nesse local, destacam-se as atividades com técnicas de mosaico e pirogravura (gravação em madeira com uso de ferro incandescente), desenvolvidas pelo arte-educador, que têm se tornado importante estratégia para a construção de novas referências. Esses adolescentes também participam de palestras e assistem a filmes sobre a prevenção ao uso de drogas e álcool, sexualidade e violência. As oficinas ocorrem três vezes por semana. Os 15 adolescentes participantes estão divididos em duas turmas, com aulas pela manhã ou à tarde.

O arte-educador Josenildo Campos é o instrutor das técnicas que desenvolvem a concentração e potencializam a convivência entre os adolescentes. São estabelecidas, em conjunto com eles, regras de convívio no Espaço Vivências, que permitem a percepção de limites. “Eles aprendem a respeitar os preceitos da sociedade e adequar a vontade pessoal à norma maior”, explica o arte-educador, que participa ativamente das reuniões semanais da equipe, realizadas no CREAS, para avaliar os trabalhos.

Os profissionais também se reúnem sistematicamente com as famílias para orientá-las e informá-las sobre o trabalho desenvolvido com os adolescentes. A cada dois meses, a equipe do CREAS produz um relatório e o encaminha ao Judiciário. Quando termina o cumprimento da medida, esses profissionais fazem uma avaliação

indicando se o adolescente está plenamente ressocializado ou se precisa continuar o acompanhamento. Para a equipe do CREAS, a aproximação com o Judiciário e com o Ministério Público Estadual é fundamental.

Durante seis meses de cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida, o adolescente V.L.P. aprendeu com o CREAS de São Gonçalo do Amarante a importância da convivência familiar. “Pedi perdão à minha família pelos meus erros e, hoje, estamos mais unidos”, diz. Ao contrário do que V.L.P. imaginava, no Espaço Vivências, ele encontrou acolhimento e atenção. “Pensei que seria muito chato, mas encontrei pessoas que me davam conselhos e recebi muito carinho. Se fosse possível, permaneceria lá por mais tempo”, completa. A participação nas atividades também possibilitou melhores condições de vida



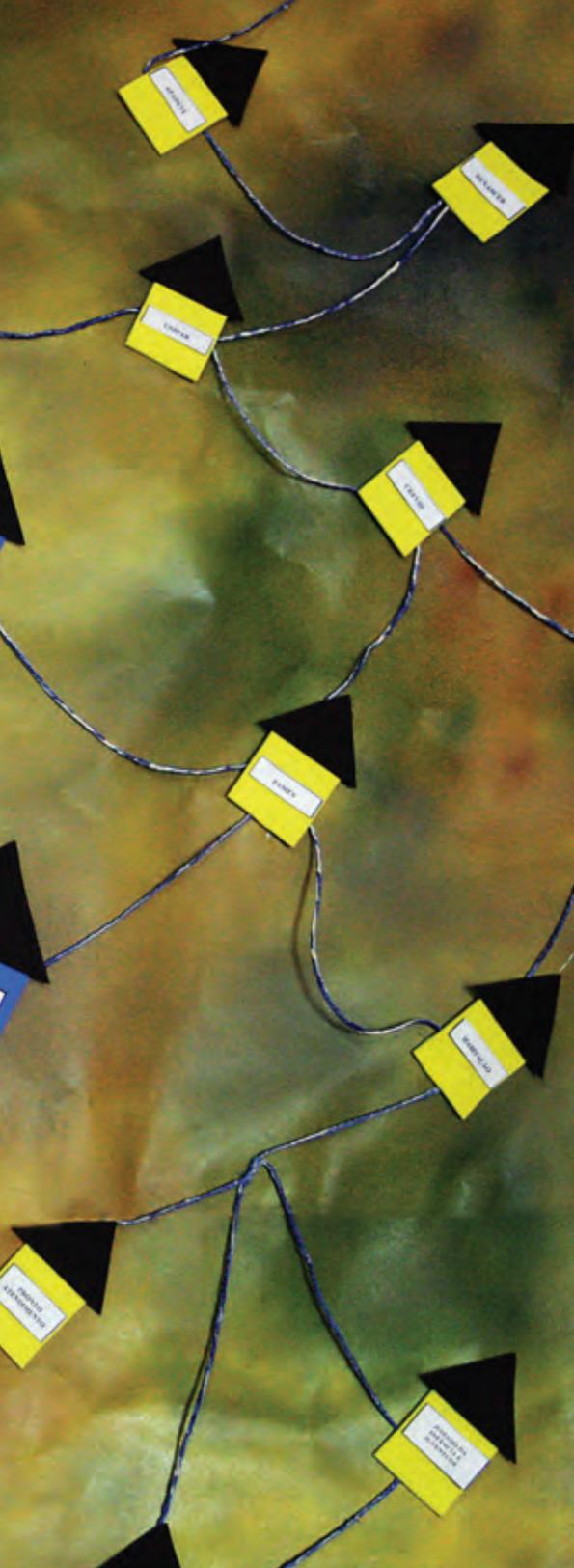


para E.S.S. “Com as técnicas de mosaico e pirogravura que aprendi, consegui trabalho em uma microempresa, ganho 90 reais por semana e ajudo minha família”, comemora.

No caso da execução da medida de Prestação de Serviços à Comunidade, o CREAS mantém estreita articulação com instituições de ensino que são cadastradas e capacitadas para receber o adolescente. A equipe se reúne periodicamente com os profissionais que atuam nessas instituições para acompanhamento da situação dos adolescentes. “Nossa preocupação é com a função que os adolescentes vão desempenhar na instituição, para que não interfira no resgate da auto-estima. Geralmente eles trabalham na biblioteca, no almoxarifado ou na recepção”, finaliza a psicopedagoga Nasaré Mendes.

Alexsandra de Oliveira, coordenadora técnica do CREAS de São Gonçalo do Amarante: “Com o suporte do governo federal, foi possível elaborar um plano de trabalho, buscar parcerias e selecionar profissionais altamente especializados para compor a equipe do CREAS”





Fernanda Souza

Duas cidades localizadas no oeste do Paraná. Dois municípios brasileiros que promoveram mudanças em suas gestões e implementaram a essência do novo modelo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Umuarama e Cascavel são localidades que se destacam não apenas pelo desenvolvimento na área econômica, mas também pela preocupação em garantir os princípios constitucionais da cidadania e da dignidade da pessoa humana aos quase 400 mil moradores da região.

A união de uma equipe multidisciplinar bem preparada, a boa infra-estrutura dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), além do fortalecimento de uma rede local bem articulada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e os serviços públicos de saúde e educação, contribuem para que os indivíduos das duas cidades paranaenses se sintam cidadãos e também qualificam os municípios como grandes destaques na área socioassistencial brasileira.

Conhecida como lugar de gente feliz e capital dos amigos, Umuarama tem uma população de quase 96 mil habitantes. Para instituir um novo modelo de Política de Assistência Social no município, a equipe de Umuarama enfrentou uma verdadeira batalha. “Nós mudamos de uma área conservadora, tradicionalista, que via o indivíduo como incapaz, e passamos a ver esse indivíduo como sujeito de direitos. A nossa idéia é desenvolver o ser humano por meio do SUAS”, enfatiza Gisele Medina, diretora de Bem-Estar Social da Secretaria de Desenvolvimento Social de Umuarama.

Para concretizar os novos ideais e fazer com que a Assistência Social efetivamente alcançasse os avanços e o desenvolvimento, foi necessário estabelecer um reordenamento de todos os serviços prestados e mudar a legislação municipal. “Primeiro fizemos um reordenamento, criamos também um sistema de gestão e monitoramento, pois sabemos que para esse sistema funcionar dependemos de um indicador de resultados. Depois fizemos uma revisão das leis. Reordenamos todos os projetos existentes e passamos a

ÇÃO

explicar às famílias o que é o Sistema Único de Assistência Social”, relata.

Outro ponto de destaque da gestão da cidade foi a implantação de uma ferramenta de informática – um tipo de sistema eletrônico – que faz o monitoramento detalhado dos beneficiários atendidos pela Assistência Social. Já as atividades no CREAS vão completar dois anos de total atenção aos indivíduos e às famílias com casos de violação dos seus direitos. Entre as ações desenvolvidas pelos 18 profissionais

(assistentes sociais, psicóloga, pedagoga e advogado, entre outros colaboradores), estão os atendimentos às vítimas de violência, abordagem de rua, medidas socioeducativas em meio aberto e serviço de enfrentamento à violência, ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Para a diretora, não foi fácil fazer com que as famílias em situação de risco social tivessem confiança nos serviços prestados pelo CREAS e tomassem a atitude de expor a violência que viviam em seus próprios

lares. “Nós não tínhamos a verbalização da família a respeito da violência. Não diziam que eram vítimas. Só falavam que precisavam de uma cesta básica. Fizemos com que a família buscasse o Centro de Referência”, explica Medina.

Mudança de vida

A atuação dos profissionais do CREAS possibilitou o surgimento de uma nova vida para a família de A.G. Separada dos três filhos há seis anos, a empregada doméstica de 32 anos via suas crianças sofrerem maus-tratos na casa do ex-marido. O pai dos garotos impedia que A. os visitasse e alegava que ela não tinha condições mentais para cuidar deles. Às vezes, A. encontrava o filho mais velho e ele lhe relatava o grande sofrimento que passava na casa do pai. Diante da difícil situação, A.G. procurou o Conselho Tutelar, que imediatamente acionou o Ministério Público. O MP tomou as medidas judiciais cabíveis para solucionar o conflito existente naquela família e pediu a colaboração do CREAS para fazer o acompanhamento e identificar a possibilidade do atendimento psicológico para as crianças. A atuação da psicóloga do CREAS foi primordial para amenizar o desespero do garoto de apenas 14 anos, que pensava em suicídio.

Os servidores do CREAS trabalham com a família de A. há quatro meses e já perceberam que houve uma verdadeira mudança na vida das crianças e da mãe. “O pessoal do CREAS realmente resolveu o meu problema. Hoje, meu filho recebe ajuda da psicóloga. Agora sou uma mãe feliz ao lado dos meus filhos”, desabafa a empregada doméstica.

Gisele Medina, diretora da Secretaria de Bem-Estar Social de Umuarama:
“Passamos a ver o indivíduo como sujeito de direitos”



Casos de violência ou negligência no meio familiar são constantemente atendidos pelos profissionais do CREAS, que atuam em total sintonia com o Poder Judiciário e o Ministério Público. O papel do Centro de Referência é essencial para que as decisões judiciais sejam eficazes. Quem comprova é a própria juíza da Vara da Infância e da Juventude de Umuarama, Márcia Andrade Gomes. Em seus 16 anos de magistratura, ela afirma que a equipe multidisciplinar é vocacionada para suas funções e são esses profissionais que possibilitam que o Poder Judiciário aplique as medidas cabíveis e eficazes para a resolução da possível violação dos direitos. “Antes, contávamos com uma dificuldade, pois diagnosticávamos o problema e não tínhamos como fazer o encaminhamento. Hoje, contamos com uma equipe multidisciplinar vocacionada”, comemora a magistrada.



**Sara Cristina,
coordenadora
do CREAS de
Umuarama**



**Atendimento
resgata
auto-estima**

NÚMERO DE PESSOAS/FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO CREAS DE UMUARAMA

Serviços de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes e suas Famílias

640

Serviços de Proteção ao Adolescente em Cumprimento de Medidas Socioeducativas: Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade

608

Busca Ativa/Abordagem de rua (atendimento à população em situação de rua)

420

AÇÕES DE CIDADANIA

COM PRIORIDADE EM
INVESTIMENTOS NOS
RECURSOS HUMANOS
E NA INFRA-ESTRUTURA
DOS CREAS, INICIATIVAS
CONTRIBUEM PARA QUE
OS MORADORES DO
MUNICÍPIO TENHAM O
DIREITO A UMA VIDA DIGNA



Fernanda Souza

Para instituir os preceitos definidos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), os servidores atuantes nos três Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) de Cascavel foram buscar articulação com o Poder Judiciário e o Ministério Público. Os outros órgãos responsáveis pelo gerenciamento das áreas de saúde e educação e a parceria com representantes da sociedade civil também compõem a rede de proteção que dá a base para a efetiva prestação dos serviços oferecidos pelos CREAS.

No município paranaense de 300 mil habitantes, dos 32 profissionais que atuam nos CREAS 19 são concursados e 13 estagiários. Todos demonstram capacitação para trabalhar em uma área que exige não apenas o conhecimento técnico, mas a sensibilidade e a compreensão para ouvir, acompanhar e orientar pessoas que tiveram seus direitos violados. "Todos gostam do que fazem e dão total dedicação. Eu quero aqui uma equipe de seres humanos sensíveis. Aqui a criança e o adolescente precisam ser bem atendidos e acolhidos, e eles têm que confiar. Vemos que eles realmente confiam", argumenta Elen Moura, coordenadora do CREAS 1.

Elen, que trabalha há 12 anos na área da assistência social, e a sua equipe, composta por 15 profissionais, lidam diariamente com casos de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual. Psicólogos, assistentes sociais, educadores, advogados e outros profissionais da equipe ainda desenvolvem ações de prevenção e busca ativa, além da orientação e apoio especializado a



Recepção do CREAS de Cascavel: atuação de 32 profissionais

crianças, adolescentes e seus familiares. A capacitação e a responsabilidade da equipe são traduzidas nas constantes campanhas de conscientização da comunidade sobre os direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essas mobilizações são feitas periodicamente por meio de panfletos e divulgação nos meios de comunicação social da cidade e contam com a parceria das polícias rodoviárias militar e federal. "Elas nos ajudam muito nas campanhas de divulgação contra o abuso sexual de crianças e adolescentes", explica Elen.

Mudança de atitude

O CREAS 2 fica um pouco distante do equipamento público estatal coordenado por Elen. Localizado precisamente na Rua Luciano Siqueira, o Centro oferece à comunidade do bairro Aclimação os serviços de orientação e acompanhamento a adolescentes que praticaram algum tipo de ato infracional. À frente das atividades

está a assistente social Cheila Lautert, que conta com a ajuda de mais 12 funcionários para garantir um eficiente acompanhamento dos 98 adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida e mais 124 em Prestação de Serviços à Comunidade.

Assim como Elen, Cheila também orienta os trabalhos da sua equipe pela constante dedicação e motivação aos atendidos pelo CREAS 2. Os reflexos da atuação dos profissionais (psicólogos, assistentes sociais e educadores sociais) são traduzidos na mudança de atitude dos jovens e os avanços do trabalho desenvolvido já são perceptíveis pela comunidade. Muitos que antes eram reincidentes nos atos infracionais passaram pelo acompanhamento do CREAS e hoje estão empregados em instituições da cidade. "Podemos citar muitos que estão estagiando e estudando", diz a assistente social Neusa Figueiredo.

Ela sabe muito bem da grande importância

do seu trabalho e também da colaboração da sociedade civil para que os jovens que infringiram a lei possam ter a oportunidade de trilhar um caminho em direção a um futuro promissor. “Falta a conscientização das pessoas de que a responsabilidade por esses jovens é de toda a sociedade”, alerta Neusa. Cheila Lautert completa: “Nosso diferencial é a questão da reflexão do adolescente em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade, para que a medida tenha realmente um caráter socioeducativo e não punitivo, e eles não voltem a cometer atos infracionais”, diz.

No CREAS 2, os profissionais fazem o acompanhamento educacional, reuniões mensais e visitas aos lares dos adolescentes. Toda a família dos atendidos é orientada e conscientizada da necessidade de contribuir para que eles mudem de postura e passem a procurar melhores perspectivas de vida. Entre as atividades oferecidas pelo CREAS 2 estão oficinas musicais e aulas nas áreas de informática. Além disso, os educadores sociais fazem a matrícula dos garotos na escola e assumem a parceria com os diretores e coordenadores

escolares para que a frequência seja constantemente monitorada.

Cheila, Neusa e toda a equipe comemoram os resultados do trabalho desenvolvido com os garotos e garantem que no mês de setembro último não foi enviado ao juiz nenhum relatório que denunciasse comportamento negativo dos jovens. “A gente vê os avanços e as conquistas. Percebemos a mudança do comportamento, da maneira de falar e de se vestir deles. Acreditamos no que a gente faz e nos nossos adolescentes”, comemora Neusa Figueiredo.

Quem também confia na eficácia das atividades desenvolvidas no CREAS é o juiz da Vara da Infância e Juventude Sérgio Kreuz. Para o magistrado, o acompanhamento e os relatórios emitidos pelos assistentes sociais são primordiais para que ocorra um melhor desempenho da sua atuação jurisdicional. “Eu sempre fui dependente das equipes técnicas justamente porque minha preocupação é a de resolver o problema, e para isso eu preciso de um diagnóstico correto e

completo. Caso contrário, nós vamos fazer o que se fazia antigamente, quando o Juizado de Menores não pedia opinião de ninguém e resolvia do jeito que achava melhor. Essa interdisciplinaridade existente hoje é fundamental”, explica o juiz.

No bairro Alto Alegre, encontramos o CREAS 3 da cidade. Nesse equipamento público estatal são oferecidos os serviços de orientação e acompanhamento familiar aos idosos e mulheres vítimas de violência e maus-tratos. O Centro de Referência Especializado foi implantado em junho de 2008 e chama a atenção pela estratégica localização. Bem em frente à unidade socioassistencial há uma Delegacia da Mulher. No CREAS 3, as mulheres encontram a orientação e, em muitos casos, são encaminhadas ao abrigo da cidade.

A voz fina e os traços infantis de I.R. escondem as marcas de seu triste passado. Mas a cicatriz em seu rosto claro revela uma história marcada pela violência. Desde a infância, a garota de longos cabelos negros e olhos verdes teve que aprender a conviver com o alcoolismo do pai e a ausência da mãe. Ela tinha apenas três anos quando a mãe se separou do pai e constituiu uma nova família. Mas não foi apenas sua falta que provocou a revolta na vida de R. Foram também os abusos e os maus-tratos do próprio pai. “Meu pai chegava bêbado em casa, me batia e dizia que eu tinha roubado o dinheiro dele”, explica I.R.

A jovem de 18 anos praticou atos infracionais durante a adolescência e também passou por muitas situações de violência. Hoje, G. tem um único objetivo: apagar o triste passado e construir uma nova vida para ela e para o filho de três anos. Os primeiros passos para a edificação de uma nova vida foram iniciados após a jovem procurar o atendimento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)



CREAS 2 de Cascavel (PR): oficinas musicais e cursos de informática



para fazer um curso de informática. Nessa época, ela morava na casa da sogra e sofria maus-tratos. No dia em que contou sua história para os profissionais do CRAS, eles a encaminharam para um acompanhamento no CREAS. Hoje ela passa o dia no abrigo para mulheres e à noite trabalha em uma fábrica da cidade. “Quero que a vida do meu filho seja diferente da minha. O pessoal do CREAS me incentiva a trabalhar e comprar minha própria casa. Tenho fé que em breve realizarei meu sonho”, diz.

Investimento em recursos humanos

Os servidores dos três CREAS de Cascavel cumprem a importante missão de lutar para garantir aos indivíduos em situação de risco social a plenitude de seus direitos. E, para que o complicado ofício não sobrecarregue os profissionais, o município investe na contratação de pessoal qualificado e na valorização de colaboradores mais antigos.

Para a coordenadora do CREAS 1, Elen Moura, esses investimentos são primordiais para a qualidade do trabalho das equipes. “Precisamos fazer tudo com bastante responsabilidade e consciência, pois um relatório mal feito ou um diagnóstico errado pode mudar uma vida”, esclarece.

Veralúcia Martins, coordenadora da área de Prestação Social Especial, reafirma a idéia de que a valorização municipal nos recursos humanos é freqüente. Segundo ela, os concursos públicos municipais ocorrem a cada dois anos e sempre há servidores disponíveis no cadastro reserva – para os casos de aposentadoria ou exoneração dos efetivos. “Hoje, nós temos uma rede que está reordenada, reorganizada e com suas competências bem definidas. Fizemos investimentos e temos agora bons resultados”, ressalta Veralúcia.

**Psicólogo Celso Lunkes:
atendimento psicossocial
inclui orientação e
acompanhamento familiar**



ATUAÇÃO REGIONAL

PROMOVE MUDANÇAS

NO CEARÁ, MISSÃO VELHA, MUNICÍPIO SEDE, BARBALHA, JARDINS, CARIRIAÇU, GRANJEIRO E FARIAS BRITO, VINCULADOS AOS SERVIÇOS, OFERECEM ATENDIMENTO ESPECIALIZADO



Nádia Lopes e Aline Menezes

Habilitado em gestão plena no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o município de Missão Velha (CE) conta com um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de abrangência regional, localizado na região do Cariri e inaugurado em agosto de 2007. A implantação desse CREAS – que recebe recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – e a abrangência dos municípios vinculados foram definidas durante reunião da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), instância de articulação e pactuação da política pública de assistência social, com a participação de representantes dos governos estaduais e municipais, e também submetido à análise e deliberação do Conselho Estadual de Assistência Social do Ceará.

Além de Missão Velha, os municípios atendidos pelo CREAS regional são Barbalha, Jardins, Caririáçu, Granjeiro e Farias Brito, que aderiram aos serviços oferecidos, por intermédio de termo de cooperação entre a Prefeitura de cada município e o governo estadual. Para realizar o atendimento a indivíduos e famílias, o CREAS tem como principal aliado o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), presente em cada um dos cinco municípios vinculados. “Essa integração entre o CREAS e o CRAS é importante para a oferta dos serviços”, diz a educadora social do município de Caririáçu, Cláudia da Silva.

De acordo com a coordenadora do CREAS regional, Keytiani Landim, o trabalho é realizado em conjunto e funciona da seguinte forma: quando a equipe do CRAS identifica situação de violação de direitos,

aciona a equipe de referência do CREAS regional, por intermédio do educador social, que é vinculado à equipe do Centro, porém, lotado no CRAS. Esse profissional é quem faz o primeiro contato com as vítimas, acolhe e agenda o comparecimento desses usuários no CRAS, realiza visitas domiciliares e, sob a orientação da equipe do CREAS, acompanha e monitora as famílias. O educador social conta, ainda, com o suporte técnico da equipe de referência do CRAS.

Conselho Tutelar

Após o atendimento feito pelo educador social, a equipe interdisciplinar do CREAS – composta por assistentes sociais, psicólogas, educadoras sociais e um advogado – entra em ação. Cada município tem uma equipe de referência, que reserva um dia na semana para realizar o atendimento no CRAS do município. Todos esses equipamentos públicos possibilitam o atendimento especializado a famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados. Os custos do combustível do veículo do



CREAS regional e da alimentação da equipe são custeados pela Prefeitura da cidade vinculada ao serviço. A maior parte das demandas atendidas em Missão Velha é proveniente do Conselho Tutelar.

Os casos mais comuns são referentes à exploração sexual de crianças e adolescentes. Segundo o conselheiro tutelar William Macedo, há dois principais motivos que facilitam esse tipo de violência. “Um deles é porque os municípios estão próximos às rodovias, na divisa com Pernambuco; o outro é porque, com a realização de festas na região, os adolescentes têm acesso livre ao álcool, ficando, em muitos casos, expostos à exploração sexual”, lamenta Macedo.



Ele lembra também que a instalação do CREAS elevou a qualidade no atendimento à comunidade.

Para a prevenção da violação de direitos, o CREAS e o Conselho Tutelar atuam em parceria, promovendo palestras em escolas para esclarecer pais e filhos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além de campanhas educativas durante as festas. Além dos casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, a psicóloga do CREAS de Missão Velha, Elivânia Mendes de Alencar, destaca outro tipo de violação de direitos, freqüente na região: a violência contra a mulher. “Esse tipo de violência é grande.”

Experiências

Dos cinco municípios vinculados ao CREAS regional, a parceria com Barbalha é diferenciada. Como a cidade já possuía uma equipe voltada para o atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados antes da implantação do CREAS, a equipe foi capacitada para atuar nessas situações e só encaminhar para Missão Velha os casos que envolvam mulheres e idosos.

Em pouco mais de um ano de funcionamento, a equipe do CREAS regional registrou apenas 92 atendimentos e acredita que teria condições de ter acompanhado mais usuários. “Alguns municípios reprimem a demanda por

questões políticas. Outro desafio a ser superado é a falta de conhecimento da população sobre os serviços oferecidos, mesmo após termos feito um trabalho de esclarecimento com a comunidade”, lamenta a coordenadora Keytiani Landim.

Para o juiz da comarca de Missão Velha, Ângelo Vettorazzi, a articulação entre o equipamento público e o Poder Judiciário ainda precisa ser aperfeiçoada: “Nosso município foi agraciado com a implantação do CREAS regional e por contar com profissionais capacitados para atender a população, porém, falta ajustarmos essa articulação. Nossa pretensão é fazer um planejamento detalhado no início do próximo ano”, diz.

História de A.B.S.

“O CREAS chegou para nos orientar. Antes, o acompanhamento dos casos especiais era feito pelo CRAS e muitas vezes não sabíamos como proceder”, conta a coordenadora do CRAS de Caririaçu, Érika Gonçalves. Desde maio de 2008, esse Centro recebe a visita da equipe do CREAS às segundas-feiras. Atualmente, a equipe acompanha casos de abuso sexual de crianças e de violência contra a mulher.

As denúncias chegam por meio do Conselho Tutelar, por agentes comunitários de saúde, além de demandas espontâneas. Outra estratégia que chama a atenção no município são as famílias acolhedoras. Como não há abrigo no local, o CREAS tem um cadastro de famílias que se dispõem a receber vítimas de violência.

O pequeno A.B.S, de apenas um ano e meio de idade, foi um dos beneficiados pela iniciativa. Após denúncia anônima, o Conselho Tutelar constatou que a criança

Família Acolhedora é um dos serviços do CREAS regional de Missão Velha



estava sofrendo maus-tratos e encaminhou o caso ao CREAS regional. A educadora social entrou em contato com a família e, durante a visita domiciliar, observou que a perna quebrada do bebê com oito meses, na época, indicava sinais de espancamento.

Após as providências legais, a equipe do CREAS conversou com a família de A.B.S., que não manifestou interesse em permanecer com a criança e não quis receber atendimento psicossocial. Com a determinação do afastamento da convivência familiar, o bebê foi acolhido por um casal da lista das famílias acolhedoras.

O bebê estava com a saúde debilitada. Além das marcas resultantes do espancamento, os médicos diagnosticaram pneumonia, anemia, infecções e deformações nas mãos, porque A.B.S. passava boa parte do dia com os bracinhos amarrados para trás. Segundo o relato de vizinhos, a mãe biológica maltratava a criança para chamar a atenção do pai do bebê, que era alcoólatra.

Depois de quase um ano entre internações,



Érika Gonçalves, coordenadora do CRAS de Caririaçu (CE):
“Antes, o acompanhamento dos casos especiais era feito pelo CRAS e muitas vezes não sabíamos como proceder”

tratamento e sessões de fisioterapia, A.B.S. já está praticamente recuperado e esbanja alegria. “Estamos muito felizes com o resultado desse acompanhamento. É notória

a felicidade dessa criança que foi acolhida com tanto amor. Para nós é uma satisfação muito grande”, diz a assistente social do CRAS, Márcia Santos.

Cada município vinculado ao serviço regional tem uma equipe de referência no CREAS formada por profissionais como a psicóloga Elivânia Alencar









“ A equipe multidisciplinar do CREAS é vocacionada para suas funções e são esses profissionais que possibilitam que o Poder Judiciário aplique medidas cabíveis e eficazes para a resolução da possível violação de direito. Antes da existência do CREAS, tínhamos dificuldades, pois diagnosticávamos o problema e não tínhamos como fazer o encaminhamento. ”

MÁRCIA ANDRADE GOMES

Juíza da Vara da Infância e da Juventude de Umuarama (PR)



“ Nossos adolescentes em medidas protetivas eram mal acompanhados. Com o CREAS, tivemos um avanço muito grande. Até o momento, não temos registro de nenhuma desistência e nem reincidência por parte dos adolescentes. Acredito que o acompanhamento das famílias influencia bastante nesse resultado. ”

LUCIANA LIMA TEIXEIRA

Juíza da 2ª Vara Cível de São Gonçalo do Amarante (RN)

